

Cotação

- Dólar: R\$ 5,12
- Euro: R\$ 6,04



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quarta-feira • 25 de fevereiro de 2026

CLIPPING

Efemérides

Hoje	26 de Fevereiro
<ul style="list-style-type: none">• Dia do Rotaryano	<ul style="list-style-type: none">• Promulgação da 1ª Constituição Republicana (1891)

Agenda do dia

Hoje	26 de Fevereiro
<ul style="list-style-type: none">• Sem agenda	<ul style="list-style-type: none">• Sem agenda

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Stúdio Web Rádio do Miau • TV Câmara Caraguatatuba • Diário Caiçara • Fala Caraguá • Radar Litoral • Notícias do Litoral Norte • Rádio Web Litoral Norte • Jornal Agora Litoral Norte • Denuncie Aqui • Expressão Caiçara • Antena 8 FM • Jornal do Litoral • Portal Notícias do Litoral • 012 News • O Vale • G1 Vanguarda

Índice

Política.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	6
Folha de São Paulo.....	7
Folha de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
O Estado de São Paulo.....	11
O Estado de São Paulo.....	12
Câmara de Caraguatatuba aprova Diário Oficial Eletrônico próprio e avança em transparência e modernização.....	13
Audiência pública detalha metas fiscais do 3º quadrimestre de 2025 da Prefeitura de Caraguá nesta quinta na Câmara.....	14
Cotidiano.....	15
O POSTO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR DE CARAGUATATUBA ESTÁ COM 176.....	15
Túneis do Contorno Sul serão fechados para manutenção noturna.....	16
Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são atendidas no Centro Especializado em Reabilitação em Caraguatatuba.....	17
Prefeitura de Caraguatatuba e Colégio Tableau lançam projeto Bolsa de Estudos para cursos técnicos.....	18
Concurso 2023: Prefeitura de Caraguatatuba publica novas convocações e fortalece áreas estratégicas.....	19
Se programe: desconto de 5% no pagamento à vista do IPTU 2026 de Caraguatatuba vence dia 20 março.....	20
⚠ Após 38 horas de interdição, Serra Antiga da rodovia dos Tamoios é liberada.....	21
Chamado de emergência transforma visita domiciliar em parto no Cantagalo.....	22
🏥 OPORTUNIDADE NA SAÚDE!.....	23
🚨 ALERTA MÁXIMO: Inmet e defesa civil mantém risco extremo de chuva até sexta no Litoral Norte.....	24
Sepedi abre Inscrições para 3ª turma do curso de Libras gratuito.....	25
Estudantes da EMEI/EMEF Prof. Lúcio Jacinto dos Santos recebem kits de higiene bucal em Caraguatatuba.....	26
Esporte e Turismo.....	27
Caraguatatuba recebe 1ª edição do CFC Championship no próximo sábado.....	27
Cultura.....	28
Últimos dias para visitar mostras gratuitas em Caraguatatuba.....	28
Geral.....	29
Suspeito de feminicídio em Caraguatatuba estava em regime aberto há menos de um ano.....	29
Reportagens Passadas.....	30
Reportagem na TV Câmara.....	30
Reportagem na TV Câmara.....	31
Reportagem na TV Câmara.....	32

Reportagem na TV Câmara.....	33
Clipping Eletrônico.....	34
Entrevista com o Vice Prefeito de Caragatatuba, Sergio Braz, para TV Câmara.....	34

Política

Folha de São Paulo

Defensor de penduricalhos, TJ-SP quadruplica verba extra a desembargadores em 2 anos

OUTRO LADO Tribunal diz que pagamentos têm amparo do CNJ e do STF; investimentos no tribunal são 8,4% dos benefícios a magistrados

Bruno Ribeiro

SÃO PAULO O TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), que tenta reverter a suspensão dos penduricalhos determinada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), quadruplicou os valores pagos além dos salários-base de seus desembargadores, o topo da carreira, nos últimos dois anos.

Em 2023, um desembargador da ativa recebia, em média, R\$ 23 mil além do salário. Hoje, esse valor extra supera os R\$ 93 mil. É um aumento de 304%. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor), inflação oficial do país, acumulado no período foi de 10,27%.

O salto se deu após resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), naquele ano, que permitiu ao Judiciário pagar em dinheiro, fora do teto do funcionalismo, folgas devidas aos membros das cortes, a título de indenização.

No ano passado, a folha de pagamento dos servidores da ativa foi de R\$ 3,7 bilhões, dos quais R\$ 2,5 bilhões foram para pagamentos dos extras. Segundo a Secretaria Estadual da Fazenda, nesse período o TJ-SP investiu R\$ 210 milhões, equivalente a 8,4% do valor, em obras, serviços e bens para melhorar e ampliar o atendimento à população.

Em nota, o TJ-SP disse que os valores têm "respaldo em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e incluem férias não pagas e plantões trabalhados".

Os desembargadores estão no topo da carreira do Judiciário do estado, mas o crescimento ocorreu em toda a magistratura. Levantamento da *Folha*, com dados do portal da Transparência do TJ-SP, mostra que, há dois anos, o valor médio pago mensalmente a um magistrado paulista, além do salário regular, era de pouco mais de R\$ 16,5 mil (ou cerca de R\$ 18 mil, em valores corrigidos pela inflação), o que resultava em remuneração mensal de R\$ 50,9 mil (ou R\$ 56 mil, corrigidos).

Em 2025, na média, o ganho extra mensal foi a R\$ 79,4 mil, mais do que o dobro da remuneração-base média, que foi de R\$ 38,8 mil. Na prática, o vencimento mensal médio foi para R\$ 118 mil.

Os vencimentos totais dos magistrados em São Paulo em 2023 já superavam o teto do funcionalismo público, na época de R\$ 41,6 mil. E a distância só aumentou.

Os dois últimos presidentes do TJ-SP tiveram posições semelhantes sobre a disparada na remuneração dos magistrados. Aumentar o salário de juizes e desembargadores foi uma das principais bandeiras da eleição para a presidência da corte, em

2023, do desembargador Fernando Antonio Torres Garcia.

Seu sucessor, Francisco Eduardo Loureiro, que assumiu neste mês, disse que não pretendia alterar as políticas de remuneração.

Pelos dados do TJ-SP, no ano passado, o maior salário anual foi do desembargador Carlos Eduardo Pachí, que recebeu quase R\$ 1,9 milhão. No topo dos dez maiores pagamentos, seis magistrados são desembargadores.

Nesta quarta (25), o STF vai decidir se mantém as restrições de determinadas pelo ministro Flávio Dino ao pagamento de benefícios a magistrados e membros do Ministério Público não previstos em lei. Na segunda (23), Gilmar Mendes disse que, para valer, a lei que justifica o pagamento tem de ser aprovada no Congresso.

O TJ-SP recorreu da decisão de Dino, argumentando que ela poderia "criar insegurança jurídica sistêmica". Nesta terça, quando soube da decisão de Gilmar, Loureiro foi a Brasília tentar discutir o tema com os ministros da corte.

O TJ foi questionado sobre o ranking dos magistrados que mais receberam vencimentos, mas não fez comentários. Em nota, a corte paulista disse que os pagamentos são, na maioria, valores retroativos devidos aos membros da corte, mas atrasados.

"O TJ-SP efetua, regularmente, pagamentos a magistrados e servidores de valores em atraso, de quantias que não foram pagas no momento adequado. Os pagamentos retroativos se referem às diferenças salariais não recebidas à época em que foram reconhecidas", disse o órgão, na mensagem.

Presidente do TJ-SP diz a colegas que STF reconhece 'defasagem' salarial de juizes

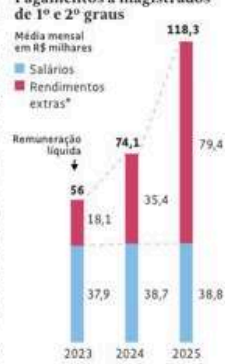
O presidente do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), Francisco Eduardo Loureiro, disse a colegas que viajou a Brasília para "resguardar os interesses da categoria" e que os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) reconhecem a defasagem salarial dos juizes.

Na mensagem, enviada por WhatsApp, Loureiro diz que já esteve em sete gabinetes de ministros e que ficou com a impressão de que há dois consensos. A "necessidade de uniformidade e clareza das regras sobre as verbas indenizatórias" e "o reconhecimento da defasagem do subsídio [salário] em razão da não reposição da inflação".

Em nota, o TJ-SP diz que Loureiro foi a Brasília para contribuir com as discussões de uma proposta consensual de política remuneratória.

Penduricalhos no TJ-SP

Pagamentos a magistrados de 1º e 2º graus



Maiores remunerações*



* Somas dos valores totais recebidos no ano
 ** Entrância: classificação das comarcas que define o nível da carreira dos juizes
 Fonte: Tribunal de Justiça de São Paulo

Folha de São Paulo

Gilmar veta penduricalhos de juízes e procuradores criados sem lei nacional

Ministro dá prazo de 60 dias para suspensão de pagamentos aprovados por estados ou atos administrativos e normativos

SÃO PAULO O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu nesta segunda-feira (23) que verbas de natureza indenizatória só podem ser pagas a integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público quando estiverem expressamente previstas em lei aprovada pelo Congresso Nacional.

A liminar foi concedida em ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria-Geral da República e será submetida ao plenário do STF para votação.

"[N]ão posso deixar de manifestar perplexidade quanto à desordem que vivenciamos no que diz respeito à remuneração dos agentes públicos de modo geral e, em particular, dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público", afirmou o ministro.

"Dia após dia, são criadas inúmeras verbas travestidas de caráter indenizatório com o único objetivo de escamotear o manifesto descumprimento da Constituição Federal, notadamente do regime constitucional de subsídios."

Na decisão, Gilmar fixou um prazo de 60 dias para que os tribunais e os Ministérios Públicos estaduais suspendam o pagamento de verbas indenizatórias instituídas com base em leis estaduais, os chamados penduricalhos.

A liminar determina ainda um prazo de 45 dias para que os tribunais estaduais e federais e os Ministérios Públicos estaduais e federais suspendam o pagamento de verbas criadas por decisões administrativas ou atos normativos secundários.



Não posso deixar de manifestar perplexidade quanto à desordem que vivenciamos no que diz respeito à remuneração dos agentes públicos de modo geral e, em particular, dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público

Gilmar Mendes
ministro do STF sobre penduricalhos

A determinação está alinhada à decisão do ministro Flávio Dino, do STF, que suspendeu no início do mês penduricalhos nos três Poderes, estabelecendo que apenas verbas indenizatórias expressamente previstas em lei podem ficar fora do teto das respectivas carreiras.

Dino havia fixado prazo de 60 dias para que todos os órgãos da administração pública revisassem e suspendessem os pagamentos. Uma das diferenças é que a liminar dele barrava pagamentos feitos sem base legal, seja por lei nacional, estadual ou municipal. A ordem de Gilmar considera que pagamentos feitos com base em leis estaduais não são válidos.

O teor das decisões de Dino e de Gilmar será avaliado no plenário, pelo conjunto de ministros, nesta quarta-feira (25), de maneira conjunta.

Na liminar desta segunda, Gilmar determinou que, após o fim dos prazos estabelecidos, os integrantes do Judiciário e do Ministério Público só poderão receber as verbas previstas em lei nacional e, nos casos necessários, regulamentadas por ato conjunto do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

"O pagamento que quaisquer verbas, após os prazos acima sinalados, em desconformidade

com a presente decisão, consubstancia ato atentatório à dignidade da Justiça e deverá ser apurado no âmbito administrativo-disciplinar e penal, sem prejuízo do dever de devolução de tais valores", disse o ministro.

Segundo ele, os penduricalhos, provocam um "enorme desequilíbrio". O ministro lembrou que, de acordo com a Constituição, a remuneração dos magistrados é vinculada a 92% do subsídio dos ministros do STF —teto do funcionalismo público.

Dessa forma, quando ocorre o reajuste na remuneração dos ministros, isso repercute no pagamento de toda a magistratura, o que, de acordo com ele, garante a independência do Judiciário e evita que os juízes fiquem sujeitos a conjunturas políticas locais.

Gilmar destacou também a dificuldade para controlar esse tipo de verba. Para ele, isso reforça a necessidade de uniformização nacional, com pagamentos ocorrendo apenas quando previstos em lei aprovada pelo Congresso e regulamentados de acordo com a legislação.

O ministro estipulou, ainda, que o CNJ e o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) devem agir em conjunto para fazer uma regulamentação uniforme entre as instituições, com indicação explícita de percentual e base de cálculo.

Folha de São Paulo



Motta, Moraes, Alcolumbre, Fachin, Hinderburgo Chateaubriand e Vital do Rego Filho se reúnem no Supremo Rosinei Coutinho/Divulgação STF

STF se reúne com cúpula do Congresso e fala em transição para penduricalhos

Fachin se encontra com Motta e Alcolumbre para discutir nova regra no dia anterior ao plenário do Supremo começar a analisar a suspensão desse tipo de pagamento

Luisa Martins e Augusto Tenório

BRASÍLIA O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Edson Fachin, discutiu com os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a criação de uma regra de transição sobre o pagamento de penduricalhos no serviço público. Eles conversaram nesta terça-feira (24), véspera do julgamento no plenário da corte sobre esse tipo de benefício.

Em nota, o STF afirmou que "deliberou-se que nos próximos dias será formulada proposta de regra de transição, em respeito à Constituição e aos limites do te-

to constitucional". A corte esclareceu que a ideia será elaborada por consenso entre os Poderes, que participarão de um grupo de trabalho. Uma das possibilidades é que a solução venha no âmbito da reforma administrativa.

Os ministros Gilmar Mendes e Flávio Dino, relatores de ações relacionadas ao assunto no STF, participaram do encontro. Também estavam presentes o vice-presidente da corte, Alexandre de Moraes, além do presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), Vital do Rego, e do vice-procurador geral da República, Hinderburgo Chateaubriand.

Segundo interlocutores dos presentes à reunião, Motta e Alco-

lumbre sinalizaram que os 60 dias determinados pela corte para edição de uma lei que discipline o pagamento dos penduricalhos é um prazo praticamente inexecutável diante de outras prioridades do Legislativo e do calendário apertado pelo ano eleitoral.

O Congresso tem como objetivo votar no primeiro semestre deste ano propostas como o PL Antifacção, a PEC da Segurança Pública, o fim da escala 6x1 e o acordo Mercosul-União Europeia. O temor é que um projeto sobre penduricalhos atrapalhe o andamento dessas pautas. No Legislativo, líderes veem dificuldades para avançar com a reforma administrativa ainda em 2026.

Entidades defendem código de conduta

Entidades da sociedade civil vão promover, na próxima segunda (2), ato pela criação de um código de conduta para o STF (Supremo Tribunal Federal) na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da USP, com início às 17h. O evento reivindica transparência para o Poder Judiciário.

Após o encontro, Motta afirmou que a Câmara não aprovaria nenhum projeto que legalize supersalários, mas não respondeu ao ser questionado se aprovaria uma regulação sobre penduricalhos no prazo.

"O que nós queremos, depois desse trabalho, que ainda não tem data, não tem prazo, não tem absolutamente ainda nada, vamos dizer, [que está] previamente acertado e será amplamente discutido, devemos ter outras conversas para ver qual encaminhamento nós daremos a essas decisões do Supremo", disse Motta.

No dia 5 de fevereiro, Dino suspendeu o pagamento dos penduricalhos para o funcionalismo público de todos os níveis da federação e determinou que o Congresso regulamentasse o tema. Também ordenou que os chefes dos Poderes e dos órgãos autônomos detalhem as verbas pagas fora do teto a seus servidores, discriminando o valor, o critério de cálculo e a lei que as fundamentam.

Em uma decisão complementar, o ministro proibiu a criação de novas leis que permitam o pagamento de penduricalhos e escreveu que, caso o Congresso "não cumpra o seu dever de legislar e mantenha a omissão inconstitucional", caberá "exclusivamente ao STF examinar a fixação de regime transitório".

Em outra frente, o ministro Gilmar Mendes decidiu suspender os penduricalhos instituídos por leis estaduais para integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público. A decisão vai na mesma linha da liminar de Dino.

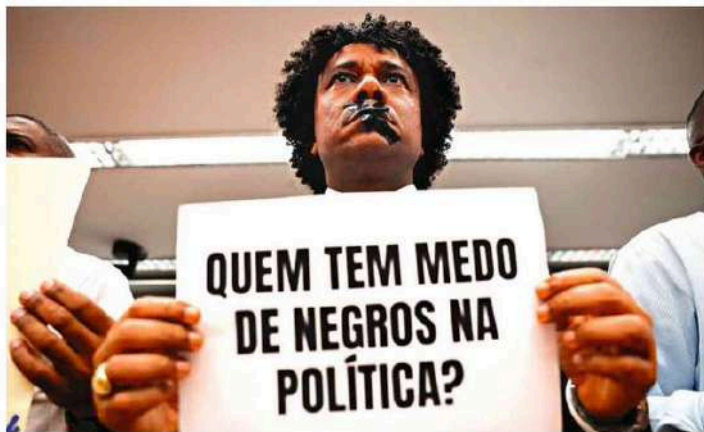
Como mostrou a *Folha*, o plenário do STF tende a referendar a liminar de Dino no julgamento previsto para esta quarta (25).

A cruzada contra os penduricalhos se tornou um tema central no STF, que desde 2000 analisou 12.925 processos sobre o teto do funcionalismo público. O julgamento desta quarta é visto por ministros como uma oportunidade de acenar à sociedade e recompor, pelo menos em parte, a imagem da corte, desgastada pelas repercussões do inquérito sobre o Banco Master.

Folha de São Paulo

TSE ignora proposta contra fraude em cotas e gera debate sobre riscos para diversidade

Minuta do tribunal com proposta para 2026 não prevê comissões para avaliar candidatos que se autodeclararam negros ou indígenas



Protesto do Movimento Negro na Câmara Pedro Ladeira - 26.set.23/PV/Inapress

Renata Galf

SÃO PAULO O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não incorporou na versão prévia das regras para a eleição de 2026 nenhuma proposta de prevenção a fraudes nas ações afirmativas para candidaturas negras e indígenas.

A minuta apresentada, cuja versão final será votada no plenário, não previa a criação na estrutura da Justiça Eleitoral de comissões de heteroidentificação como as de concursos e universidades, para avaliar a autodeclaração feita pelos candidatos. Tampouco tornou obrigatório que os partidos estabeleçam comissão do tipo ou deu orientações sobre como elas deveriam ser formadas.

A Folha questionou o TSE por que não incluiu a proposta, mas não houve resposta.

As comissões visam impedir que pessoas que não sejam negras ou indígenas usufruam das ações afirmativas. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o CNPI (Conselho Nacional de Política Indigenista), vinculado ao Ministério dos Povos Indígenas, recomendaram a adoção de mecanismos do tipo pela Justiça Eleitoral.

Pelas regras atuais, ao menos 30% do fundo público de campanha dos partidos deve ser destinado à campanha de pessoas negras e 30% para mulheres. Além disso, candidaturas indígenas deverão ter financiamento proporcional a sua representação no partido.

O "Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial", publicado pelo CNJ em 2024, incentiva que os tribunais regionais eleitorais criem comissões para avaliação complementar das candidaturas negras. Diz ainda que poderia haver aproveitamento das

comissões dos Tribunais de Justiça locais criadas para concurso. "A efetividade das ações afirmativas exige mecanismos institucionais de verificação a fim de preservar sua finalidade constitucional", afirma Karen Luise de Souza, conselheira no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que integrou o grupo que elaborou o documento.

Ela diz que esse tipo de comissão "evita distorções que esvaziem as políticas de inclusão racial". No caso das candidaturas indígenas, resolução do CNPI de 2025 sugeria ao TSE verificação de pertencimento étnico no âmbito dos TREs. E, em caso de inviabilidade ou impertinência da proposta, esse processo se daria nos partidos, porém orientados "pela Justiça Eleitoral".

O documento também recomendou que, para os partidos, as

comissões fossem obrigatórias. A minuta do TSE, porém, manteve redação que prevê a medida como facultativa às siglas.

Em nota, o União Brasil diz que só após aprovação e consolidação das regras do TSE avaliará "de forma responsável, a necessidade e o formato de eventuais mecanismos internos, inclusive quanto à modalidade presencial ou não".

Tiago Soares, secretário nacional de combate ao racismo do PT, defende que o TSE preveja a obrigatoriedade de comissões de heteroidentificação pelos partidos. E afirma que ainda não há decisão do partido a sobre se esse tipo de comissão será ou não criado para 2026.

Para Bianca Maria Gonçalves e Silva, advogada e pesquisadora do LíderA — Observatório Eleitoral, do IDP, defende a adoção desse tipo de mecanismo pela própria Justiça Eleitoral. "Para dar efetividade a uma ação afirmativa, precisa primeiro de punição e segundo de controle", afirma ela.

O advogado Lucas de Santana Módolo, autor do livro "Cotas Raciais e Métodos de Controle Antifraude" e doutorando em direito do Estado pela USP (Universidade de São Paulo), diz que o ideal é que a comissão fosse atribuição da Justiça Eleitoral, o que permitiria maior controle social sobre os critérios utilizados na análise.

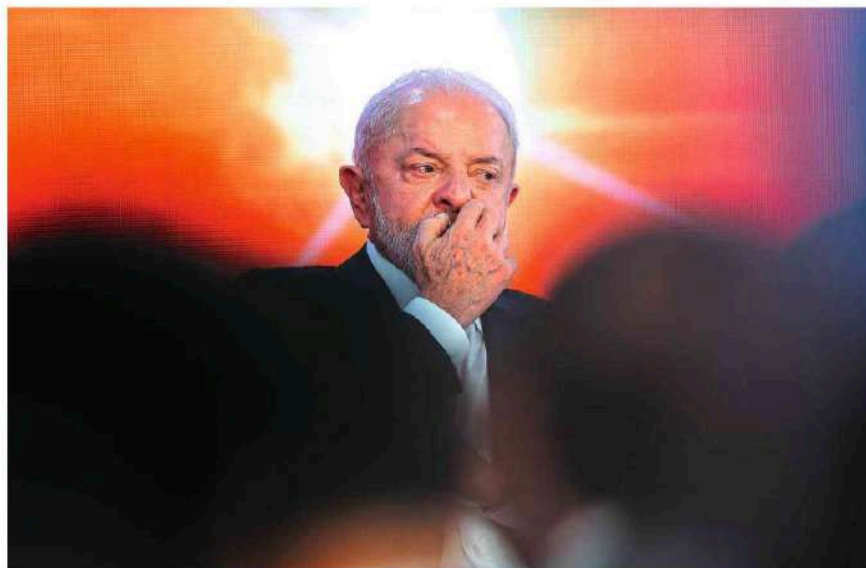
O coordenador-geral da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), Sidney Sá das Neves, afirma que o ideal seria obrigar os partidos a instituírem esse tipo de comissão.

Tainah Pereira, coordenadora política do movimento Mulheres Negras Decidem, defende que a medida fosse obrigatória para os partidos.

Mudanças nas regras de financiamento para candidaturas negras

- Desde 2020, os partidos ficaram obrigados a fazer os repasses do fundo eleitoral de modo proporcional à quantidade de candidatos negros e brancos
- Emenda constitucional aprovada em 2024 anistiou os partidos que não tinham cumprido essa regra e determinou que, em vez de o repasse ter de ser proporcional à quantidade de candidatos, o financiamento a candidaturas negras passaria a ser de no mínimo 30%
- Além de repasses abaixo do previsto, houve relatos e reportagens denunciando autodeclarações potencialmente irregulares

Folha de São Paulo



Presidente Lula participa de anúncio de investimento em aeroportos da AENA Gabriela Biló - 11.fev.25/Folhaexpress

Aliados veem impacto limitado de isenção do IR na popularidade de Lula

Petistas esperavam desempenho melhor a oito meses da eleição, mas acreditam que benefício para quem ganha até R\$ 5.000 será sentido mais tarde pela população

Catia Seabra e Caio Spechoto

BRASÍLIA Pesquisas eleitorais e outras projeções têm frustrado a expectativa de aliados do presidente Lula (PT) que apostavam em desempenho melhor após a adoção de medidas populares, como isenção de Imposto de Renda a quem ganha até R\$ 5.000 mensais.

Colaboradores diretos do presidente têm dito, em conversas reservadas, que imaginavam ver o petista com a popularidade mais alta a oito meses da eleição.

A avaliação é que as medidas econômicas ainda não foram convertidas em capital eleitoral para

49%

é a desaprovação do presidente Lula apurada pela Quaeast há duas semanas

45%

disseram aprovar o presidente na mesma pesquisa

o petista, que disputará mais um mandato em outubro.

O provável principal adversário de Lula na eleição deste ano, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), tem conseguido consolidar seu nome, como mostram pesquisas eleitorais do início deste ano.

Além disso, durante o Carnaval, trackings — pesquisa de opinião menos precisa, mas de produção mais rápida, para detectar tendências no debate público — aos quais governistas tiveram acesso mostraram um desgaste maior de Lula. As sondagens também indicam uma ascensão de Flávio.

Pesquisa Quaeast divulgada em

dezembro passado, 11 dias após Flávio anunciar a pré-candidatura, o mostrou com 36% das intenções de voto no segundo turno, contra 46% de Lula — uma diferença de 10 pontos percentuais.

O levantamento mais recente, publicado há duas semanas, mostrou Lula com 43% das intenções de voto no segundo turno e 38% de Flávio, diferença de cinco pontos.

A mesma pesquisa mostrou que a desaprovação ao presidente está em 49%, enquanto a aprovação é de 45%.

Em fevereiro começaram a ser pagos os primeiros salários depois do aumento da faixa de isen-

ção do Imposto de Renda, que zerou os descontos de trabalhadores formais que recebem até R\$ 5.000 mensais e reduziu os de quem ganha até R\$ 7.350. A medida é a principal aposta de Lula para ampliar seu eleitorado.

Parte dos integrantes do governo e dos petistas que trabalham pela reeleição do presidente avaliam que ainda é cedo para aferir o impacto da isenção na opinião pública.

Um dos argumentos estaria no volume de despesas que a classe média tem entre o final de um ano e o começo de outro, como festas de Natal e Ano-Novo, além do IPVA. Por esse raciocínio, a folga no orçamento familiar só será percebida nos próximos meses.

Aliados do presidente da República apontam que o ritmo de publicidade do governo federal desacelerou no final do ano passado e que deve se recuperar nos próximos meses. Também avaliam que nas últimas semanas o debate político ficou em segundo plano, com festas como o Carnaval tomando o protagonismo.

Outra ala do governo admite, também sob reserva, que, em um cenário polarizado, programas sociais e ações de combate às desigualdades não sensibilizam o eleitorado bolsonarista, mais receptivo à pauta de costumes. Por isso, os adversários do presidente exploraram o desfile em homenagem ao presidente na escola de samba Acadêmicos de Niterói.

É consenso entre aliados do presidente da República que a eleição deste ano será acirrada. Eles consideram Lula favorito, mas sem uma vantagem confortável.

Alguns dos auxiliares do petista acreditam ser possível que a disputa seja resolvida no primeiro turno, mas não porque algum dos candidatos terá uma votação arrasadora. A tese é que o eleitorado ficará polarizado entre Lula e Flávio Bolsonaro. Nesse cenário, com poucas chances de um terceiro concorrente obter um bom resultado, seria factível que um dos dois favoritos atingisse mais da metade dos votos já na primeira votação, com o segundo colocado ficando com uma porcentagem próxima.

O Estado de São Paulo

Ministra diz que morte da irmã Marielle Franco abriu 'tampa de bueiro' no Rio

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal iniciou ontem o julgamento dos réus acusados de mandar matar a vereadora Marielle Franco. Em entrevista à *Coluna*, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, disse viver uma “mistura de sentimentos”, mas acredita que a luta da família “não foi em vão”. “A gente falou tanto esta frase: ‘Quem mandou matar Marielle e Anderson?’, e chegar nesse julgamento é uma mistura de que nossa luta não foi em vão, e não vai parar pós-julgamento, mas de que a gente não queria estar nessa posição”, lamentou. Ela acredita que o caso da irmã “abriu a tampa de um bueiro” no Rio, onde, entre outras particularidades do caso, um dos réus acusados de encomendar o assassinato foi o próprio chefe da Polícia Civil do Estado à época.

● **DESVENDA.** “A Mari abre uma tampa de um bueiro, porque ter um delegado que sentava com a gente sendo um possível participante disso é infelizmente o retrato do nosso Estado”, afirmou.

● **FRAGILIDADE.** “Segurança pública vai ser sempre um calo no nosso sapato, mas espero muito que a gente possa olhar para o nosso Estado e pense: ‘A gente venceu’, mas não vejo muita mudança”, disse a irmã de Marielle.

● **FATO.** “Justiça mesmo seria ela estar viva, mas agora a gente vai até o final, para mostrar que não tem crime que mereça ficar impune no Brasil.”

● **BASE.** Anielle contou que a família está em Brasília desde o domingo, 22, e que a mãe, Marinete, se apoia na fé para seguir firme diante de uma perda tão violenta e repentina. Ela lamentou que, mesmo 8 anos depois da execução, a irmã ainda seja alvo de ataques.

● **ACOMODAÇÃO.** Aliados do senador Carlos Portinho (PL-RJ) diziam até ontem que ele concorreria à reeleição por outro partido se não tivesse espaço no PL. Ele acabou fora da chapa anunciada por Flávio Bolsonaro, mas foi convidado a participar da coordenação da campanha presidencial. Dirigentes do PL negam que seja “prêmio de consolação” e dizem que ele ficará na sigla.

● **ENDEREÇO.** O presidente do União Brasil, o pernambucano Antônio Rueda, deve concorrer a deputado federal em outro domicílio. Tentará a vaga pelo Rio.

● **CERCO.** O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), passou a ser alvo de um pedido de afastamento do cargo. O requerimento, protocolado pela deputada distrital Paula Belmonte, na segunda-feira, 23, diz que a medida cautelar deve ser adotada por 180 dias ou enquanto durar a investigação do caso Master/BRB.

O Estado de São Paulo

Poderes

STF e Congresso fazem acordo sobre regra de transição para penduricalhos

— Decisão foi tomada durante encontro entre o presidente da Corte, Edson Fachin, e os presidentes da Câmara e do Senado; Gilmar proíbe 'fura-teto' no Judiciário e no MP

CAROLINA BRÍGIDO
BRASÍLIA
FELIPE DE PAULA
LUIZ VASSALLO
FAUSTO MACEDO
SÃO PAULO

O Supremo Tribunal Federal (STF) informou ontem que a Corte e o Congresso firmaram um acordo para a criação de uma regra de transição para os chamados penduricalhos no funcionalismo. Presidente do STF, o ministro Edson Fachin se reuniu com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a portas fechadas.

"Como encaminhamento, deliberou-se que nos próximos dias será formulada proposta de regra de transição, em respeito à Constituição e aos limites do teto constitucional", diz a nota divulgada pelo Supremo após o encontro.

Na reunião, também estavam o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, o vice-procurador-geral da República, Hindemburgo Chateaubriand, e o vice-presidente do STF, Alexandre de Moraes, além dos ministros da Corte Gilmar Mendes e Flávio Dino.

Discussão prévia
Antes de conversar com os presidentes da Câmara e do Senado, Fachin se reuniu com Fazenda

Gilmar e Dino são autores de decisões que suspenderam os pagamentos de verbas de caráter indenizatório por resultarem em salários superiores ao teto do funcionalismo público, hoje fixado em R\$ 46,4 mil.

'COOPERAÇÃO'. "A reunião reflete um esforço de cooperação mútua, buscando o equilíbrio entre a autonomia institucional e o rigor fiscal demandado pela sociedade", afirma a nota da Corte. Ainda segundo o Supremo, o encontro de ontem ocorreu após uma reunião entre Fachin, Moraes e Dino com o ministro da Fazenda substituído, Dario Durigan, realizada anteriormente.

O plenário do STF vai julgar

a liminar concedida por Dino. No início do mês, o ministro deu prazo de 60 dias para os três Poderes revisarem os pagamentos e cortarem os que não tiverem amparo legal. Dino também determinou que o Congresso aprove lei para regulamentar esses benefícios.

Autoridades dos Poderes demonstraram preocupação com o prazo. Primeiro, porque não haveria condições técnicas no serviço público para rastrear tantos contracheques nesse período. Outro ponto é a dificuldade de se votar a medida no Congresso de forma tão rápida, por ser ano eleitoral e pela fila de temas aguardando decisão dos parlamentares.

PROIBIÇÃO. A decisão de Gilmar, de antemão, deu prazo de 60 dias para que sejam suspensos pagamentos de penduricalhos a integrantes do Judiciário e do Ministério Público em todo o País que tenham como base leis estaduais, decisões internas e atos administrativos. No caso da Justiça Federal e do Ministério Público da União, a ordem também prevê a interrupção de valores que não estejam amparados por lei aprovada pelo Congresso. Só poderão continuar a ser pagas verbas expressamente previstas na legislação federal.

O decano acompanhou um requerimento da Procuradoria-Geral da República (PGR), protocolado em 2020. O então procurador-geral, Augusto Aras, ajuizou quatro ações diretas de inconstitucionalidade contra leis estaduais que tratam da remuneração de juizes, promotores e integrantes de tribunais de contas.

A ordem de Gilmar se dá no âmbito de uma lei de Minas Gerais, editada em 2015, e tem relação com texto aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado que trata dos salários de procuradores de Justiça e desembargadores fixados em até 90,25% do subsídio do procurador-geral da República e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

Para a PGR, esse tipo de vinculação fere a Constituição porque cria reajustes automáticos sempre que a remuneração de referência é alterada. Por isso, a Procuradoria pediu a suspensão imediata das leis



"Não posso deixar de manifestar perplexidade quanto à desordem que vivenciamos no que diz respeito à remuneração dos agentes públicos de modo geral e, em particular, dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público"

Gilmar Mendes
Ministro do STF

e, no mérito, que sejam declaradas inconstitucionais.

Na avaliação de Gilmar, "dia após dia, são criadas inúmeras verbas travestidas de caráter indenizatório com o único objetivo de escamotear o manifesto descumprimento da Constituição Federal, notadamente do regime constitucional de subsídios".

'AUDÁCIA'. O ministro se disse perplexo. "Não posso deixar de manifestar perplexidade quanto à desordem que vivenciamos no que diz respeito à remuneração dos agentes públicos de modo geral e, em particular, dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público", destacou Gilmar.

"A audácia institucional salta aos olhos: trata-se de uma tentativa de colher apenas os bônus do sistema, buscando contornar os ônus que lhe são inerentes, o que revela uma postura incompatível com a lealdade que se espera ao texto constitucional", disse o decano em sua decisão.

Sinônimos de bagunça também foram utilizados por Dino em sua decisão da semana passada, quando o ministro proibiu expressamente a edição de qualquer nova lei que autorize a inclusão e o pagamento de "parcelas remuneratórias ou indenizatórias" nos salários de servidores públicos que ultrapassem o teto constitucional.

CRUZADA. Em uma cruzada contra os contracheques milionários do funcionalismo público, Dino sustentou que o País vive uma "mixórdia" de pagamentos de penduricalhos aos juizes e que "é um dever básico de quem manuseia dinheiro público" agir dentro da Constituição.

Na ação contra a lei de Minas, aprovada em 23 de dezembro de 2015, a PGR alega, por exemplo, que a vinculação das remunerações dos procuradores de Justiça do Estado ao subsídio do procurador-geral da República e a vinculação do subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça ao dos ministros do Supremo contrariam o disposto nos artigos 25 e 39 da Constituição Federal (mais informações nesta página). ●

Para entender



O que determinou o decano do Supremo

● **Desembargadores**
Estabelece que o subsídio dos desembargadores dos Tribunais de Justiça é vinculado ao subsídio dos ministros do STF na proporção de 90,25%, de modo que qualquer alteração no valor pago aos ministros implica revisão automática da remuneração dos desembargadores

● **Procuradores**
Determina que o subsídio dos procuradores-gerais de Justiça é vinculado ao subsídio do procurador-geral da República, na proporção de 90,25%, com revisão automática em caso de mudança no valor pago ao PGR

● **Previsão em lei**
Fixa que somente verbas indenizatórias previstas em legislação federal podem ser pagas a membros do Judiciário e do Ministério Público

● **Verba indenizatória**
Estabelece que a atuação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público sobre verbas indenizatórias se limita à edição de atos necessários para dar aplicação ao que estiver previsto em lei, podendo ser exigido ato normativo conjunto dos dois conselhos

● **Prazo**
Impõe que, no prazo de 60 dias, sejam suspensos, nos Estados, todos os pagamentos baseados em leis locais, decisões administrativas e atos normativos secundários. No âmbito federal, devem ser interrompidos pagamentos fundados em decisões administrativas

● **Permissão**
Após esse prazo, permite apenas o pagamento de verbas expressamente previstas em leis editadas pelo Congresso e, se necessário, regulamentadas por ato conjunto de CNJ e CNMP

O Estado de São Paulo

Congresso

Câmara aprova o PL Antifacção sem a taxação de bets

LEVY TELES
BRASÍLIA

A Câmara aprovou no fim da noite de ontem o Projeto de Lei Antifacção. O próprio governo federal, autor da proposta, é crítico da redação – o texto final é de autoria do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), ex-secretário de Segurança Pública do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). A proposta se-

gue para sanção presidencial.

Mesmo contra o projeto, o PT manifestou “apoio crítico” e votou, em sua maioria, a favor do texto. O Ministério da Justiça atuou para convencer os parlamentares de que era melhor votar o texto como está do que uma versão ainda mais “radical” apresentada por Derrite.

O Centrão impôs ainda outra derrota ao governo ao retirar do texto a criação de um dispositivo para financiar ações de repressão ao crime or-

ganizado por meio de tributos em apostas de quota fixa, as bets. A alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Bets) seria de 15% – a iniciativa tinha vindo do relator no Senado, Alessandro Vieira (MDB-SE).

FIADOR. Derrite havia mantido a criação da Cide-Bets. Mas o Centrão trabalhou contra e o principal fiador do movimento para a derrubada desse trecho da proposição foi o líder do PP na Câmara, Doutor Luizinho (RJ).

As tratativas entre os partidos se alongaram pela tarde de ontem. Parlamentares do Centrão e da bancada da base ameaçaram que, se o PT fosse contra, seria votado o texto originalmente aprovado pela Câmara, sem as concessões do relator.

Ao todo, foram oito versões apresentadas por Derrite. A

materia passou por várias negociações com o Ministério da Justiça e parlamentares.

Nas primeiras conversas, ainda sob Ricardo Lewandowski, a pasta era contra o projeto – apontava problemas como o enfraquecimento da Polícia Federal e má técnica le-

do do PP disse que o senador fez “retrocessos”. Segundo ele, há “reforço da impunidade” e o texto “enfraquece de maneira significativa a ação civil de perdimento de bens”. O governo tinha recebido bem a iniciativa do Senado.

COLARINHO-BRANCO. Vieira criticou as alterações na Câmara. Ele questiona, sobretudo, a decisão de Derrite de tirar modificações feitas por ele sobre ações de combate aos crimes de colarinho-branco.

“O relator fez uma escolha. A escolha foi retomar trechos do texto que impedem a atuação dura da Justiça e da polícia contra o criminoso rico”, disse o senador. “Esquemas do tipo máfia do INSS, Banco Master, desvio de emendas, não terão dureza no tratamento. Mas, para o pobre, na favela, vale a pena ser duro.” ●

Resistente

Relator, Derrite resistiu a mudanças e rejeitou as alterações que o Senado havia proposto

gislativa. Agora, sob a chefia de Wellington César, o ministério defendeu a aprovação do atual projeto para evitar uma derrota ainda maior.

Derrite foi resistente a mudanças e rejeitou alterações feitas pelo relator no Senado, Alessandro Vieira. O deputa-

O Estado de São Paulo

Eleições 2026

Governo e PT batem cabeça sobre crise com evangélicos

Avanço de Flávio acende alerta e ala do partido acha que comunicação do governo transforma escola de samba em bode expiatório

VERA ROSA
BRASÍLIA

Dez dias após o desfile da Acadêmicos de Niterói que homenageou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Rio, o governo e o PT batem cabeça sobre como conter a crise com os evangélicos por causa da ala intitulada "Neoconservadores em conserva". Nos bastidores, há uma caça às bruxas em curso: dirigentes do PT e ministros buscam culpados pela queda da aprovação do presidente em pesquisas de intenção de voto enquanto o senador Flávio Bolsonaro (RJ), pré-candidato do PL, ganha terreno.

O Palácio do Planalto recebeu informações de que levantamentos feitos depois do carnaval mostram revés para o presidente. Com o enredo "Do Alto do Mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil!", a escola de samba de Niterói foi rebaixada para a segunda divisão do carnaval carioca.

"Não adianta o governo ape-

nas sinalizar com vídeos para os evangélicos. É preciso ter foto. A imagem é tudo: o presidente tem de se reunir com bispo e com pastor", disse o deputado Jilmar Tatto (SP), vice-presidente do PT.

MAL-ESTAR. Desde o desfile na Marquês de Sapucaí, no dia 15, o Planalto e a cúpula do PT tentam amenizar o mal-estar com grupos religiosos que se sentiram ofendidos com a ala que mostrou famílias conservadoras dentro de latas. Nos últimos dias, a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que é evangélica, postaram vídeos nas redes sociais para jogar água na fervera. Gleisi viu "oportunismo e hipocrisia" nas críticas feitas por bolsonaristas e Benedita afirmou que "Deus não pode ser instrumento de campanha política".

BODE EXPIATÓRIO. Lula afirmou que, no retorno ao Brasil, visitará a Acadêmicos de Niterói para agradecer a homenagem. "Eu, sinceramente, acho que a escola fez uma coisa extraordinária e não cabe ao presidente dar palpite nos carros alegóricos", argumentou ele no domingo, quando ainda estava na Índia. A partir daí, a po-



Desfile de escola mostrou famílias conservadoras dentro de latas

lêmica só aumentou.

Em conversas reservadas, dois ministros disseram que a culpa pela queda ou mesmo estagnação de Lula não pode ser debitada na conta da escola de samba. Há um sentimento nas fileiras do PT de que o governo

Oposição
Para interlocutores de Lula, aliados de Bolsonaro ocuparam as redes com mais competência

continua errando na comunicação e encontrou no desfile um "bode expiatório" para esconder os problemas que levaram a esse cenário.

Por esse diagnóstico, o prin-

cipal vilão de Lula é a falta de discurso e de ações consistentes para enfrentar os problemas na segurança pública. Até agora, o Ministério da Justiça não conseguiu emplacar a PEC da Segurança e viu o adversário Guilherme Derrite (PP-SP) – ex-secretário da Segurança do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) – ganhar novamente a relatoria do Projeto de Lei Antifacção.

Além disso, para interlocutores do presidente, os aliados de Bolsonaro ocuparam as redes sociais "com mais competência" do que o Planalto.

INCONFORMADO. Integrante da Assembleia de Deus, o deputado Otoni de Paula (MDB-RJ) afirmou estar "inconforma-

'Não existe esse negócio de direito do partido', diz Tarcísio sobre vice

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou ontem que "não existe" qualquer direito de um partido na escolha do vice da sua chapa à reeleição. "Não, não tem isso. Não existe isso. Não existe esse negócio de direito do partido", disse o governador durante um evento em Itaquaquecetuba (SP) para a entrega de escrituras de imóveis.

No dia anterior, o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou que acreditava ser um "direito" da legenda a reivindicação da vaga na chapa de Tarcísio. O dirigente partidário também declarou que o deputado estadual André do Prado (PL) seria um "ótimo nome" para a função. ●

NÁBIA MAGRASSO

Veículos

Studio Web Rádio do Miau
TV Câmara Caraguatatuba
Diário Caiçara
Fala Caraguá



Câmara de Caraguatatuba aprova Diário Oficial Eletrônico próprio e avança em transparência e modernização

A Câmara Municipal de Caraguatatuba aprovou, na noite de terça-feira (24/02), os cinco projetos que estavam em pauta na 4ª Sessão Ordinária de 2026.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos
Radar Litoral
Fala Caraguá



Audiência pública detalha metas fiscais do 3º quadrimestre de 2025 da Prefeitura de Caraguá nesta quinta na Câmara

O Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º quadrimestre de 2025 será apresentado nesta quinta-feira (26/2), às 10h, na Câmara de Caraguatatuba, no Centro. Técnicos da Secretaria da Fazenda demonstram a execução das receitas previstas e despesas do orçamento municipal nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano passado para os membros da Comissão Permanente de Finanças, Orçamentos, Obras e Serviços Públicos do Legislativo, vereadores e público presente.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículo
TV Câmara Caraguatatuba



O POSTO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR DE CARAGUATATUBA ESTÁ COM 176

O Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) de Caraguatatuba conta com 176 vagas para cargos diversos.

Os interessados devem munir de documentos e comparecer no PAT ou CATE.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Stúdio Web Rádio do Miau

Radar Litoral



Túneis do Contorno Sul serão fechados para manutenção noturna

A Concessionária Tamoios informa sobre o fechamento noturno de manutenção dos túneis do Contorno Sul. Os fechamentos vão ocorrer das 22h às 6h do dia seguinte, de terça (24/02) a quinta (26/02).

Durante o período, um túnel é fechado e o trânsito flui pelo outro túnel em mão dupla. Nesse formato, não há fechamento do trecho.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Notícias do Litoral Norte
Stúdio Web Rádio do Miau
Fala Caraguá



Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são atendidas no Centro Especializado em Reabilitação em Caraguatatuba

A Prefeitura de Caraguatatuba esclarece que o atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), está sendo realizado no Centro Especializado em Reabilitação (CER), localizado na Av. Maranhão, 421, no CEM/CEO, de forma organizada e contínua.

A equipe multiprofissional dará continuidade aos atendimentos a partir do acolhimento já iniciado, garantindo a manutenção do cuidado. O acompanhamento médico segue conforme os agendamentos efetuados.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Stúdio Web Rádio do Miau
Rádio Web Litoral Norte
Jornal Agora Litoral Norte
Fala Caraguá



Prefeitura de Caraguatatuba e Colégio Tableau lançam projeto Bolsa de Estudos para cursos técnicos

A Prefeitura de Caraguatatuba, por meio da Secretaria de Governo, firmou termo de parceria com o Colégio Tableau para concessão de bolsa de estudos para os cursos técnicos em Enfermagem, Farmácia e Segurança no Trabalho.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Stúdio Web Rádio do Miau

Rádio Web Litoral Norte

Fala Caraguá

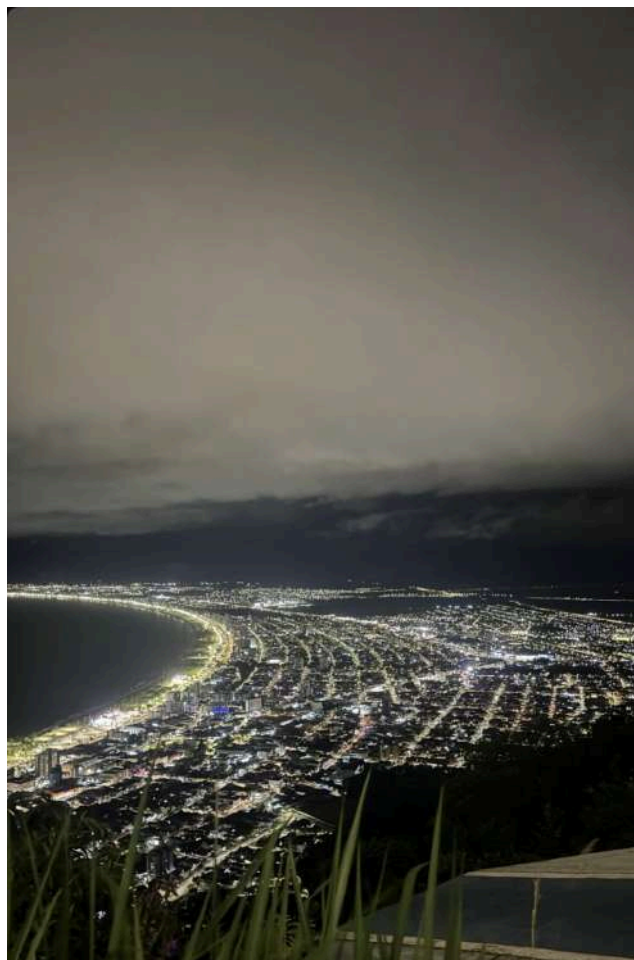


Concurso 2023: Prefeitura de Caraguatatuba publica novas convocações e fortalece áreas estratégicas

A Secretaria de Administração da Prefeitura de Caraguatatuba convocou mais 23 aprovados de nove funções do Concurso Público de 2023 para se apresentar nesta quarta, quinta e sexta-feira (25, 26 e 27/2), das 9h às 12h e das 13h às 16h30, na Divisão de Gestão de Recursos Humanos (Divisão de RH), no Centro.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



Se programe: desconto de 5% no pagamento à vista do IPTU 2026 de Caraguatatuba vence dia 20 março

Os contribuintes podem quitar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de 2026 de Caraguatatuba com 5% na cota única até o dia 20 de março. Também é possível dividir o pagamento do carnê em 10 vezes, sendo a primeira parcela para o dia 20 de março e a última para o dia 21 de dezembro.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos
Diário Caiçara
Denuncie Aqui



⚠️ Após 38 horas de interdição, Serra Antiga da rodovia dos Tamoios é liberada

A Serra Antiga da Rodovia dos Tamoios foi liberada na manhã desta terça-feira (24/2), após 38 horas de interdição total, no trecho de Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Notícias do Litoral Norte
Jornal Agora Litoral Norte
Expressão Caiçara



Chamado de emergência transforma visita domiciliar em parto no Cantagalo

Uma visita de rotina ao bairro Cantagalo, em Caraguatatuba, terminou em um parto de emergência na tarde da última quinta-feira (19). A agente comunitária de saúde Maria Aparecida Monteiro de Freitas, conhecida como Cida, acompanhou um parto normal em domicílio até a chegada das equipes de urgência.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Notícias do Litoral Norte

Antena 8 FM

Jornal do Litoral

Portal Notícias do Litoral

012 News

TV Câmara Caraguatatuba




OPORTUNIDADE NA SAÚDE!

O Hospital Regional do Litoral Norte – Francine Maia França divulgou processo seletivo para formação de cadastro reserva em 58 cargos, entre funções assistenciais e administrativas, com vagas também para PCD.

 **Inscrições gratuitas**

 **Até 27 de fevereiro de 2026**

 **Exclusivamente online**

 **Salários de R\$ 1.807,00 a R\$ 12.413,57**


O processo contará com prova de conhecimento técnico, informática e entrevista coletiva, com etapas classificatórias e eliminatórias.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Secretaria de Comunicação

Veículo
Denuncie Aqui



 **ALERTA MÁXIMO: Inmet e defesa civil mantém risco extremo de chuva até sexta no Litoral Norte**

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) mantém alerta vermelho para todo o Litoral Norte de São Paulo. A previsão indica que o volume de chuva deve continuar elevado entre hoje e sexta-feira(27), aumentando o risco de transtornos em várias cidades da região.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Rádio Web Litoral Norte

Radars Litoral

Fala Caraguá



Sepedi abre Inscrições para 3ª turma do curso de Libras gratuito

Nesta quarta, quinta e sexta-feira, dias 25, 26 e 27, somente, estarão abertas as inscrições para a 3ª turma do curso de iniciação na Língua Brasileira de Sinais (Libras), gratuito, promovido pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (Sepedi) de Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículos

Rádio Web Litoral Norte

Fala Caraguá



Estudantes da EMEI/EMEF Prof. Lúcio Jacinto dos Santos recebem kits de higiene bucal em Caraguatatuba

A Prefeitura iniciou na terça-feira (24) a entrega dos kits de higiene bucal a alunos de 5 a 12 anos da rede municipal de ensino. A primeira escola a receber foi a EMEI/EMEF Prof. Lúcio Jacinto dos Santos, no bairro Tinga.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Esporte e Turismo

Veículo
Jornal do Litoral



Caraguatatuba recebe 1ª edição do CFC Championship no próximo sábado

Caraguatatuba será palco da 1ª edição do CFC Championship, campeonato de artes marciais que promete movimentar o cenário esportivo da cidade. O evento será realizado no próximo sábado (28), a partir das 10h, no Centro de Integração e Desenvolvimento (Cide) Sul, no bairro Pegorelli, com apoio da Prefeitura de Caraguatatuba, por meio da Secretaria de Esportes e Recreação.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cultura

Veículos
O Vale
Fala Caraguá



Últimos dias para visitar mostras gratuitas em Caraguatatuba

O próximo sábado (28) é a última oportunidade para visita às exposições "Caminho para casa — o mar é sempre mais pra dentro" e "Mãos que incendeiam", em Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículo
G1 Vanguarda



Suspeito de feminicídio em Caraguatatuba estava em regime aberto há menos de um ano

O homem suspeito de matar e enterrar uma mulher de 27 anos em um barraco de madeira, em Caraguatatuba, no Litoral Norte de São Paulo, já havia sido preso por tráfico de drogas e estava solto havia menos de 1 ano.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Reportagens Passadas

24.02.2026

Reportagem na TV Câmara.

Pauta: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARTICIPAM DE FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



Assista a reportagem completa [aqui](#).

24.02.2026

Reportagem na TV Câmara.

Pauta: HOSPITAL REGIONAL ABRE PROCESSO SELETIVO PARA 58 VAGAS DE EMPREGO



Assista a reportagem completa [aqui](#).

24.02.2026

Reportagem na TV Câmara.

Pauta: LEI GARANTE ESTAÇÃO DE RECARGA INDIVIDUAL PARA CARROS ELÉTRICOS EM CONDOMÍNIOS



Assista a reportagem completa [aqui](#).

24.02.2026

Reportagem na TV Câmara.

Pauta: FEIRÃO LIMPA NOME OFERECE ATÉ 99% DE DESCONTO PARA RENEGOCIACÃO DE DÍVIDAS



Assista a reportagem completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

17.11.2025

Entrevista com o Vice Prefeito de Caraguatatuba, Sergio Braz, para TV Câmara.

Pauta: 15º FESTIVAL DO MEXILHÃO MOVIMENTA A PRAIA DA COCANHA



Assista à reportagem completa [aqui](#).